

Tudo começa aqui? A anulação da presença dos povos indígenas no Rn e a vitória do invasor branco retratadas pelas escolhas lexicais em canais de comunicação do destino rio grande do Norte

It all starts here? The nullification of the presence of indigenous peoples in rn and the victory of the white invader portrayed by lexical choices in communication channels of the destination rio grande do Norte

DOI:10.34117/bjdv7n11-160

Recebimento dos originais: 12/10/2021

Aceitação para publicação: 10/11/2021

Daniel Dantas Lemos

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo na UFRN, Mestrado e Doutorado em Estudos da Linguagem na UFRN. Professor do ensino superior na UFRN.

<http://lattes.cnpq.br/2776869268430888>.

E-mail: danieldantas79@globocom

Marília Barbosa Gonçalves

Turismóloga, administradora, graduanda em Jornalismo, Mestre em Turismo.

Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<http://lattes.cnpq.br/5571178325927055>.

E-mail: mariliagoncalves_rn@hotmail.com

Guilherme Arnaud Lopes Nunes

Graduando em Jornalismo. Discente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: guilhermearnaud@hotmail.com

Renata Laize Alves Coelho Lins Paino Ribeiro

Bacharel em Direito, especialista em Direito Civil e Processo Civil, Graduanda em Pedagogia UFRN, ativista de Direitos Humanos.

E-mail: renatalaizelins@gmail.com

RESUMO

Este trabalho versa sobre a relação do turismo com a comunicação, a partir da análise crítica do discurso, de marcas discursivas de racismo em peças publicitárias de uma campanha institucional da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte, disponibilizada em seu site e redes sociais, intitulada “Tudo começa aqui”. A metodologia empregada é a qualitativa, fundamentada na ACD, análise crítica do discurso, e parte da compreensão conceitual dos efeitos da constituição colonialista de raça, para justificação de um projeto de retirada da humanidade de não-brancos, e construção de um racismo estrutural que permeia os discursos e constrói relações de desvantagens e privilégios pelo uso das instituições hegemônicas por grupos sociais que impõem seus interesses econômicos e sociais, o que contribui para que as relações sociais sejam coletivamente estruturadas para reproduzir a prática da negação da existência do outro não-branco sem, no entanto, reconhecê-la, ao contrário, propagando o mito da democracia racial. O racismo contra indígenas se evidencia em várias práticas e violências, desde o uso de armas, a assimilação, a aculturação, pelo apelo à unidade

nacional, mas especialmente ao apagamento historiográfico do protagonismo da resistência indígena à colonização europeia. Os preceitos aqui trabalhados sobre raça e racismo estão baseados em Almeida (2019) e Nascimento (1978;2016). Em seguida, aborda-se mais especificamente como se dá a relação da comunicação em turismo, do marketing de destinos enquanto informador das características dos lugares, reconhecendo que as escolhas lexicais do discurso pensado para produzir o imaginário através dos signos, na maioria das vezes de forma institucional, refletindo as relações sociais regidas por relações de poder; nesse sentido, utilizou-se como referências Coriolano (2005), Tomazzoni (2006), Falcoo (2011), Ladeiro (2012), entre outros. A ideia de publicização na internet e em redes sociais de amplo alcance, das campanhas publicitárias institucionais, ao mesmo tempo que reflete uma ampliação do acesso a informação dos destinos turísticos, gerando uma democratização da informação para o público, também concentra por parte dos emissores, desenvolvendo assim o marketing turístico, entendendo o destino como um produto. Diante dessa contextualização dos marcos pressupostos, passou-se a apresentar a metodologia da Análise crítica de discurso enquanto ferramenta que se interessa por identificar a reprodução discursiva de situações abuso de poder, que resultam em desigualdade e injustiça social partindo do conceito de poder em sua concepção linguística, discursiva e comunicacional (Van Dijk, 2015) partindo de um contexto concreto, entendida como prática social situada, são explicitadas as perspectivas da análise crítica do discurso, passando então à análise do corpus, a começar pela escolha do nome “Tudo Começa Aqui”, na página da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Racismo, Marketing De Destinos, Análise Crítica Do Discurso, Povos Indígenas, Rio Grande Do Norte.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between tourism and communication, from the critical discourse analysis of discursive marks of racism in advertising pieces of an institutional campaign of the Secretary of Tourism of the State of Rio Grande do Norte, available on its website and social networks, entitled "It all starts here". The methodology employed is qualitative, grounded in the ACD, critical discourse analysis, and starts from the conceptual understanding of the effects of the colonialist constitution of race, for justification of a project of removal of humanity from non-whites, and construction of a structural racism that permeates the discourses and builds relations of disadvantages and privileges through the use of institutions hegemonized by social groups that impose their economic and social interests, which contributes to social relations being collectively structured to reproduce the practice of denying the existence of the non-white other without, however, acknowledging it, on the contrary, propagating the myth of racial democracy. Racism against indigenous people is evidenced in various practices and violence, from the use of weapons, assimilation, acculturation, through the appeal to national unity, but especially to the historiographic erasure of the protagonism of indigenous resistance to European colonization. The precepts worked on here about race and racism are based on Almeida (2019) and Nascimento (1978; 2016). Then, it is addressed more specifically how the relationship of communication in tourism, of destination marketing as informer of the characteristics of places, recognizing that the lexical choices of the discourse thought to produce the imaginary through signs, most often in an institutional way, reflecting social relations governed by power relations; in this sense, it was used as references Coriolano (2005), Tomazzoni (2006), Falco (2011), Ladeiro (2012), among others. The idea of advertising on the Internet and social networks

of wide reach, of institutional advertising campaigns, while reflecting an expansion of access to information of tourist destinations, generating a democratization of information to the public, also concentrates on the part of issuers, thus developing tourism marketing, understanding the destination as a product. Given this contextualization of the framework assumptions, we now present the methodology of Critical Discourse Analysis as a tool that is interested in identifying the discursive reproduction of situations of abuse of power, resulting in inequality and social injustice from the concept of power in its linguistic conception, discursive and communicational (Van Dijk, 2015) starting from a concrete context, understood as situated social practice, the perspectives of critical discourse analysis are explained, then moving on to the analysis of the corpus, starting with the choice of the name "Tudo Começa Aqui", on the page of the Secretariat of Tourism of Rio Grande do Norte.

Keywords: Racism, Destination Marketing, Critical Discourse Analysis, Indigenous Peoples, Rio Grande Do Norte

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da compreensão inicial de que os campos do turismo e da comunicação estão ligados, com um certo grau de dependência do primeiro frente ao segundo, reforçando a importância do discurso da mídia como elemento que sustenta a orientação da produção turística. Por essa razão, torna-se importante reconhecer os elementos discursivos que perpassam esse tipo de produção, especialmente, em nosso caso, em espaços na Internet institucionais e oficiais.

Com o objetivo de analisar marcas discursivas de racismo nos espaços institucionais de divulgação turística, além da reflexão sobre comunicação e turismo, operamos neste trabalho com estudos sobre o racismo, especialmente em sua forma estrutural, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso.

A Análise Crítica do Discurso é uma forma de análise discursiva que se fundamenta em uma ética e objetiva reconhecer formas de abuso de poder na linguagem a fim de empoderar aqueles e aquelas sob tal opressão. É a partir dessa perspectiva que analisaremos dois eventos discursivos em espaços de divulgação turística oficial e institucional do Rio Grande do Norte na Internet.

2 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 RAÇA E RACISMO

Silvio Almeida (2019, p. 22) destaca, desde o início do século passado, antropologia e biologia demonstraram que não existem diferenças culturais ou biológicas que justifiquem a discriminação entre seres humanos, no entanto, ainda assim, a ideia de raça ainda naturaliza e legitima desigualdade, segregação e o genocídio de grupos sociologicamente minoritários. Torna-se, por isso, essencial entender a origem desse conceito que hoje é um importante fator político.

O conceito de raça emerge na medida em que as populações desses lugares primitivos buscam por si próprias os benefícios das revoluções liberais, contrapondo-se às forças coloniais, afirma Almeida (2019, p. 19-20).

Com o positivismo do século XIX, as questões filosóficas sobre as diferenças humanas foram transformadas em questões científicas. O pensamento classificado como racismo científico foi abraçado pelos meios acadêmico e político:

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. (Almeida, 2019, p. 21)

A partir da perspectiva histórica do conceito, conclui-se que a raça opera a partir de dois registros básicos que se entrecruzam e complementam: 1) como característica biológica, em que a raça é atribuída por traço físico, como a cor da pele; 2) como característica étnico-cultural, onde a identidade racial é associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”.

Em seguida, Almeida (2019) passa a abordar o racismo, o qual ele define como "uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam" (Almeida, 2019, p. 22).

O autor (2019) reitera que o racismo tem caráter sistêmico, não sendo um ato ou um conjunto de atos discriminatórios, mas um processo, que pode ser classificado em a) individualista; b) institucional; c) estrutural.

Na primeira concepção, o racismo “seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma ‘irracionalidade’ a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis ou penais” (Almeida, 2019, p.26). Essa classificação abrange apenas atitudes individuais ou coletivas e deixa de considerar o racismo no funcionamento da sociedade, através de suas instituições.

Essas instituições, onde opera a segunda manifestação do racismo, promovem estabilidade com o estabelecimento de normas e padrões de ação para conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. Além delas mesmas carregarem esses conflitos. Ou seja, a desigualdade racial não se dá apenas na ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas porque as instituições são hegemônicas por grupos raciais que mecanizam o funcionamento da sociedade para impor seus interesses políticos e econômicos, fazendo com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo sejam o padrão civilizatório da sociedade. Sendo assim, as instituições podem atuar dentro desse conflito, tratando, de forma ativa, a desigualdade racial como um problema, de forma a não reproduzir práticas racistas tidas como “normais” na sociedade.

A terceira concepção, a estrutural, aborda as instituições como a materialização da estrutura social, ou seja, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p.33). Desse modo, o racismo não é uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas um fator decorrente da estrutura da sociedade, nas relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares.

Elemento fundamental para compreensão de como o racismo, contra pessoas negras, povos indígenas e outros não-brancos, são elementos estruturais na sociedade brasileira é o mito da democracia racial, que abordaremos na próxima sessão.

1.2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Por muito tempo a ideia de que o Brasil seria uma “democracia racial” fez parte do imaginário brasileiro. Diante disso, Guimarães (1994) afirma que qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu, justamente por essa noção de que o país seria provido de um “antirracismo

institucional”. Tal noção tem origem tanto na história como na literatura antropológica e sociológica. De maneira geral, as pesquisas especializadas, como os estudos de Gilberto Freyre no início dos anos 30, seguidos por Donald Pierson entre os anos 40 e 70, reafirmaram uma relativa harmonia nas relações raciais no Brasil. No entanto, como Abdias Nascimento (1978) aponta, a verdade histórica é bem oposta,

e dissecar essa verdade histórica, discorrendo sobre as diversas violências motivadas pelo racismo no Brasil, desde maneiras simbólicas de supressão da cultura e espiritualidade até o extermínio de povos não brancos:

A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país; essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso das armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama assimilação, outra hora aculturação ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, e assim por diante. (Nascimento, 1978, p.101)

Sendo assim, a ideia de democracia racial não apenas ignora as violências motivadas pela raça no Brasil, como também é uma ferramenta de manipular indiretamente, através do apelo à unidade nacional, o legado de grupos vítimas de racismo ao longo da história do país.

Para os idealizadores dessa democracia racial, a civilização brasileira seria aberta a “todas contribuições, sem qualquer distinção, sejam elas europeias, ameríndias ou africanas”, como afirma Pierre Verger. Porém, os defensores desse conceito têm em comum o destaque na característica sub-reptícia de sobrevivência dos traços culturais dos não-brancos no Brasil. De acordo com Gilberto Freyre, esses traços culturais que se “infiltram” na religião, na culinária, na música, na escultura e na pintura de origem europeia representam não a degradação, mas o enriquecimento desses valores.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que consideram a integração desses traços culturais na cultura dominante a demonstração de uma suposta aceitação harmoniosa, indicam que esses valores têm origens ilícitas e marginais, tendo como meio para essa integração a infiltração. Enfocando a presença dos africanos escravizados no Brasil, Nascimento (1978, p. 106), diz que por “debaixo da abundante generosidade concedida aos valores africanos, as implicações do conceito de infiltração emergem, também abundantemente, óbvias: elas denunciam a natureza subterrânea e a condição marginal, fora da lei, do que infiltra”.

Por fim, Guimarães (1994) destaca que a natureza mítica da democracia racial, conceito que seria o “mito fundador da nacionalidade brasileira”, é motivo pelo qual esse ideal deve ser denunciado como uma promessa não cumprida.

1.3 RACISMO CONTRA INDÍGENAS

No século XVIII, o etnólogo holandês Cornelius de Pauw escreveu que os indígenas americanos “não têm história”, são “infelizes”, “degenerados”, animais irracionais” cujo temperamento é “tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetam”, aponta Almeida (2019). Tal definição dos povos originários do “novo mundo” demonstra a percepção dicotômica de civilizados-primitivos entre europeus e indígenas presente no imaginário colonialista. Essa visão reverbera até os dias atuais no racismo da estrutura e das instituições sociais, que normalizam o apagamento da história desses povos, por exemplo.

Milanez *et al.* (2020), ao abordar o racismo contra indígenas no Brasil, aponta para a escassez de literatura a respeito do tema e traz depoimentos e reflexões práticas e teóricas de autores indígenas sobre o racismo.

Pouca atenção foi dada pela historiografia tradicional ao protagonismo da resistência indígena à colonização europeia, além de abordar a “transição” da escravidão indígena para a negra de forma que reforça a narrativa de extinção, colocando indígenas num tempo passado. Também desconsidera o violento sistema de exploração, espoliação e genocídio do primórdio colonial remanescente até hoje. Uma nova historiografia do Brasil ilumina essa realidade dos povos indígenas, desabafando seu protagonismo na história e desmentindo perspectivas míticas de uma colonização heroica.

Darcy Ribeiro (1970) revelou a violência da “integração” dos povos indígenas aos colonos, em investigação sobre a relação entre índios e brancos. Enquanto esperava que o resultado fosse uma assimilação, através da miscigenação, as pesquisas revelaram que a maioria da população indígena foi exterminada, enquanto os sobreviventes permanecem indígenas auto-identificados. A principal razão para essa “transfiguração étnica” (RIBEIRO, 1970, p. 17), foi o conflito entre colonos e povos indígenas que barravam a expansão europeia.

O trabalho de Milanez *et al.* (2020) considera que as múltiplas experiências narradas nos ajudam a perceber que falar de racismo contra povos indígenas significa adentrar em uma amálgama de práticas e discursos cujo elemento comum tem sido a violência estrutural que marca os cotidianos indígenas de Norte a Sul do Brasil [...] As

inúmeras facetas das violências que têm sido traço marcante e fundacional da história indígena em sociedades como a nossa, caracterizadas pelo colonialismo, precisam ser enfrentadas com seriedade e compromisso” (Milanez *et al.*, 2020).

A seguir refletiremos sobre elementos de comunicação e turismo, para então apresentara Análise Crítica do Discurso como perspectiva teórico-metodológica que nos auxiliará na tarefa de observar o corpus destacado neste trabalho com o objetivo de verificar as marcas discursivas do racismo presente em materiais de divulgação turística que apagam os povos indígenas do Rio Grande do Norte e os silenciam.

1.4 COMUNICAÇÃO, MARKETING E DISCURSO NO TURISMO

Turismo e Comunicação estão ligados diretamente e há a dependência do primeiro sobre o segundo para se promover. Zardo (2003) lembra que para um bom desenvolvimento da atividade, turismo e comunicação precisam ser indissociáveis, uma vez que é somente através da comunicação que o turista irá alcançar o produto que deseja consumir, além de obter variadas informações e novidades. Assim, o discurso da mídia facilita a compreensão do consumidor acerca das informações e promoções turísticas.

Tomazzoni (2006, p. 340) afirma que um dos elementos que mais sustentam a orientação da produção turística para a economia de mercado é o discurso da mídia, que além de influenciar a ideologia de consumo do turismo, justifica a satisfação das necessidades dos clientes, em detrimento das demandas sociais das comunidades anfitriãs. O autor (2006) ainda reforça que esse discurso contribui expressivamente para a existência do turismo, pois ele não é simplesmente fator de visibilidade dos destinos e atrativos, podendo ser mais sedutor e mais turístico do que o próprio atrativo que ele divulga.

Para Coriolano (2005, p. 51), “o turismo tem um discurso próprio. São os representantes dos governos, dos empresários e das comunidades que o formulam. Produzem-se os discursos para o controle da sociedade ou dos próprios sujeitos”. A autora (2005) ainda lembra que o discurso em torno dos lugares e do turismo é um repertório polêmico, no qual o referente é disputado pelos interessados, numa relação tensa de alterações de sentidos, configurando-se como uma prática de resistência e afrontamento.

Cooper *et al.* (1998) enxerga que o discurso do turismo contribui para sustentar e preservar culturas, podendo também instituir processos de aculturação que transformam e destroem as culturas. Nesta análise, veremos mais a frente como que as

escolhas lexicais paracampanhas promocionais e textos institucionais do destino Rio Grande do Norte foram feitas destruindo parte da sua história e cultura, em prol do povo europeu. Neste sentido, Coriolano(2006, p. 52) afirma que “a análise do discurso, o imaginário, os signos, as imagens são produzidas de forma relacionada com o modo como as relações sociais se inscrevem na históriae são regidas por meio de relações de poder”.

A internet fomentou extraordinariamente o discurso do turismo, através das novas formas de comunicação, divulgação e comercialização do turismo. De acordo com Buhalis & Law (2008), ela tem reformulado o modo como a informação ligada ao turismo é distribuída, amaneira como as pessoas consomem e planejam viagens. Falco (2011, p. 25) diz que marcados “pelo surgimento de novas tecnologias e pelo ressurgimento de antigas necessidades humanas,os meios de comunicação e as viagens passaram a ser também encarados a partir de novos paradigmas de compreensão social”.

Como objetivo influenciare persuadir as pessoas a viajarem, despertando-lhes o desejo de conhecer um novo lugar , alémde manter ou melhorar a imagem do destino, atrair novos consumidores, fornece informação sobre a oferta, incentivar a conjugação de esforços e corrigir distorções (Marujo, 2008; Heath & Wall, 1991).

Pode-se dizer que estamos diante de um grande paradoxo, pois se por um lado temos a evolução tecnológica dos meios de comunicação e o bombardeio de informação ao qual somos submetidos diariamente, também temos uma proliferação de meios especializados, gerando uma democratização do público e uma concentração por parte dos emissores (Wenzel & John,2012). Essa democratização permitiu também um maior acesso ao turista sobre informações detalhadas do destino turístico, como sua história, curiosidades, infraestrutura, serviços, entre outros. Assim, manter ativos os canais de informação oficiais sobre destinos turísticos com textos institucionais e notícias é primordial.

Nesse contexto, os destinos turísticos necessitam cada vez mais da mídia especializada para chegarem até o imaginário e planos dos turistas (Falco, 2011). Por isso, sites e perfis oficiais dos destinos em redes sociais se fazem tão necessários, para que o turista tenha segurança ao buscar informações. Com esse avanço das tecnologias nos meios de comunicação, buscou-se criar um sentido de presença e participação para o leitor/turista, fato que pôde conduzir a formatação de textos, reportagens ou matérias de modo a levar o leitor a empreender uma espécie de viagem imaginária no momento da leitura ou visualização, instigando a presença física dos

indivíduos e a interação com o espaço e sua população (Falco, 2011, p. 37). Nessa perspectiva, entra o marketing turístico com o foco de aumentar a atratividade do público, seja ele interno ou externo, considerando o desenvolvimento de estratégias de posicionamento. De acordo com Seaton (1996), o marketing de destinos é ponto nevrálgico do marketing turístico, pois é o destino que concentra e suporta os diferentes interesses envolvidos na atividade turística.

Para Pearce (1992), as Organizações de Marketing de Destino (DMOs) desempenham um papel importante no marketing e promoção de um destino turístico. Elas são, portanto, consideradas as melhores fornecedoras de informações sobre os atrativos dos destinos.

De acordo com Cooper et al. (2007), o marketing de destinos ainda é um processo relativamente novo para muitos lugares, particularmente nos níveis regional e local, em que os responsáveis tendem a ser o setor público, o que acaba gerando uma série de implicações para o processo de marketing que estão enraizadas na incapacidade desse setor de controlar o produto. Mas, de maneira geral, o processo de comunicação mantém

Sendo o destino um produto que não pode ser conhecido a priori e a experiência só pode ser vivida no local, a comunicação permite gerar essas expectativas no consumidor em relação ao destino (Ladeiro, 2012, p. 23). Ao criar um slogan, idealizar um novo posicionamento de marketing ou uma campanha promocional, o destino e aqueles que planejam sua comunicação precisam ter plena consciência sobre a mensagem que desejam entregar ao turista, e como ela será interpretada.

Qualquer enunciado carrega intenções, inclusive no marketing voltado ao turismo, cujo objetivo, em última instância, no caso da promoção dos destinos turísticos, é conduzir a um comportamento comercial.

Para Ladeiro (2012, p. 26), é na fase do Marketing Estratégico que se define a identidade do destino turístico, e o seu posicionamento, ou seja, a parte da identidade que se decide comunicar ao público-alvo. Por sua vez, na fase do Marketing Operacional, a identidade é comunicada através dos seus sinais - logotipo e slogan. É a partir desta comunicação que o potencial consumidor vai formar uma imagem do destino turístico. Dessa maneira, qual imagem você formaria sobre um destino que lhe diz: “Tudo começa aqui?”

1.5 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Falando sobre a Análise Crítica do Discurso, Van Dijk (2015, p. 9) elenca diversos aspectos fundamentais para a compreensão dos trabalhos nessa área. A Análise Crítica do Discurso (ACD) se interessa pela reprodução discursiva das situações de abuso de poder. Por isso mesmo, o exame do conceito de poder é uma tarefa central, a partir das dimensões linguísticas, discursiva e comunicacional. Desse modo, os ACD importam-se em analisar de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade.

Essa perspectiva teórico-metodológica utiliza qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa e tais métodos são, em grande parte, aqueles utilizados em estudos do discurso em geral. Desse modo, entendemos que a Análise do Crítica do Discurso não é um método, mas um conjunto de práticas acadêmicas, transdisciplinares, que podem ser adotadas e se relacionar a todas as ciências humanas e sociais.

É assim que podemos afirmar que a ACD não está meramente interessado em qualquer tipo de poder, mas especificamente se concentra no abuso de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiças sociais.

Essa perspectiva teórico-metodológica baseia-se em uma ética aplicada e uma filosofia moral para poder definir que o abuso é ruim - o que leva o analista a se preocupar, por exemplo, com a análise crítica das práticas discursivas manifestadas nos preconceitos, no racismo, no sexismo. Essa análise pressupõe que essas formas de abuso social são erradas por serem inconsistentes com a igualdade social.

A ACD não pode ser neutra. Como dizem Batista Jr, Sato & Melo (2018, p. 13), ela “sempre se posiciona criticamente”. A crítica, lembram os autores, “caminha, dessa forma, em duplo sentido - tanto normativo, (aplicando juízos de valor) em seu ponto de partida, quanto explanatório, ao desvelar os mecanismos e articulações sociais que perpetuam as relações de poder” (Batista Jr, Sato & Melo, 2018, p. 13).

1.6 ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Na ACD, o discurso não é analisado apenas com um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou polêmica. No entanto, com

respeito ao foco analítico especial dos estudos críticos do discurso, os métodos da ACD não infringem os direitos das pessoas estudadas e são compatíveis com os interesses de grupos sociais que são foco das pesquisas, ou seja, são escolhidos de modo que a pesquisa possa contribuir para o empoderamento social de grupos dominados, especialmente no domínio do discurso e da comunicação.

É desse modo que se analisa situações discursivas de abuso de poder que, na perspectiva ACD, só pode se manifestar na língua nas circunstâncias em que existe a possibilidade de variação ou escolha, tal como chamar a ocupação dos portugueses à época da colônia de “descobrimto” ou de “invasão”, dependendo da posição e da ideologia do falante.

Isso deixa claro que a ACD enfoca as propriedades do discurso que são mais tipicamente associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução ou o confronto do poder social do falante ou escritor enquanto membro do grupo dominante - como um homem branco ao se referir aos povos indígenas brasileiros de maneira racista. Esse discurso racista enfatiza, de várias maneiras discursivas, as características positivas de nosso próprio grupo e seus membros, e as (supostas) características negativas dos Outros, o grupo de fora, desempenhando papel fundamental na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social.

Por isso, uma ACD terá como metas o estudo da reprodução discursiva do abuso de poder; das relações de dominação sob a perspectiva do grupo dominado e do seu interesse; das experiências dos membros de grupos dominados, usadas como evidências para avaliar o discurso dominante; do que pode ser mostrado das ações discursivas do grupo dominante como ilegítimas; de como podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados. Tais pesquisas se comprometem com um engajamento em favor dos grupos dominados na sociedade: assumem uma posição e o fazem de modo explícito.

Nos Estudos Críticos do Discurso, a noção de poder, que em si não precisa ser abusiva, é compreendida, segundo Van Dijk (2015), como controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Assim, o abuso de poder se dá quando o controle se dá no interesse exclusivo daqueles que exercem o poder e contra os interesses dos que são controlados.

O primeiro passo para o exercício abusivo do controle e do poder é controlar o discurso e os seus contextos. Por exemplo, a elite ou organizações poderosas podem decidir quem pode ou não participar de algum evento comunicativo, quando, onde e com

quais propósitos - pode definir quem pode ser notícia nos jornais e de que forma o pode, ou quem vai figurar nos livros de história ou não.

Por isso, durante anos, o discurso oficial definiu que não havia povos indígenas remanescentes no Rio Grande do Norte e, ao estabelecer isso excluía quaisquer membros desse grupo étnico de participar, nessa condição, de qualquer evento comunicativo.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se fundamenta no entendimento de que a ACD se afirma como sendo textualmente orientada, o que significa que sua análise discursiva se faz com a base material de textos concretos. A ACD também se afirma como socialmente orientada, uma vez que observa temas relacionados a desigualdades, opressões, violências, abusos de poder com o propósito de promover alteração na situação assimétrica, mudança social. É por isso, como dito acima, que a ACD se reconhece como comprometida e enviesada.

Na perspectiva de Fairclough sobre a ACD, um dos elementos teórico-metodológicos fundamentais para o método de uma Análise do Discurso Crítica é a concepção tridimensional de discurso, que é citada por nós a partir de Gonçalves-Segundo (2018). Nessa concepção, compreende-se, primeiro, que todo discurso se manifesta em um texto (Gonçalves-Segundo, 2018, p. 80), constituindo-se em um evento discursivo. Em segundo lugar, Gonçalves-Segundo (2018, p. 80) diz que todo discurso é processado por uma prática discursiva de produção, distribuição, consumo e interpretação textuais. E na terceira dimensão, o modelo compreende que todo discurso se encaixa em uma prática social/sociocultural.

O discurso, então, se manifesta no evento discursivo, no texto. Ao descrever a manifestação do discurso no texto, que pode se apresentar em diferentes semioses, o analista deve ser capaz de indicar a partir do texto as práticas discursivas e sociais que ali se implicam. Nisso é possível perceber o encaixamento que os textos e as práticas discursivas têm dentro de prática social - o que um texto manifesta é um discurso que circula na forma de relações de poder que se encaixam desde as práticas sociais e os processamentos discursivos.

Batista Jr; Sato & Melo (2018, p. 16-17) apresentam o roteiro que assumimos, ao menos em parte, neste trabalho:

- (a) Identificar um problema na prática social que precise ser desvelado.

- (b) Identificar as redes de práticas em que o problema está inserido (...). Nessas representações, estão o poder e a ideologia.
- (c) Perceber a ação do discurso e da ordem do discurso.
- (d) Aplicar à análise do texto (gênero discursivo) as categorias de análise textual com vistas a confrontar na instância discursiva o que foi observado na análise das práticas.
- (e) Refletir sobre o papel das práticas em relação às configurações do texto, discriminando a participação das práticas no problema estudado.
- (f) Verificar possíveis caminhos de superação no bojo das práticas sociais e nos discursos.
- (g) Refletir explanando as relações entre os elementos da prática com vistas ao desvelamento do problema, explicitando as articulações hegemônicas para possível superação da realidade observada.

A análise do discurso em uma perspectiva crítica parte de uma posição ética, como dissemos acima, por isso precisa ter atenção quando se põe a definir o que seja o certo e o errado, o justo e o injusto, de modo que o problema sob análise deve ser inserido na análise de modo que possa resultar em reflexividade e agência para aqueles que permanecem subjugados/ou em posição de desvantagem social. Ao desvelar a ordem do discurso a pesquisa desvela ao mesmo tempo a posição dos participantes frente ao poder e os modos de relações que se estabelecem entre os sujeitos e que regulavam essa ordem do discurso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO - ANÁLISE DO CORPUS

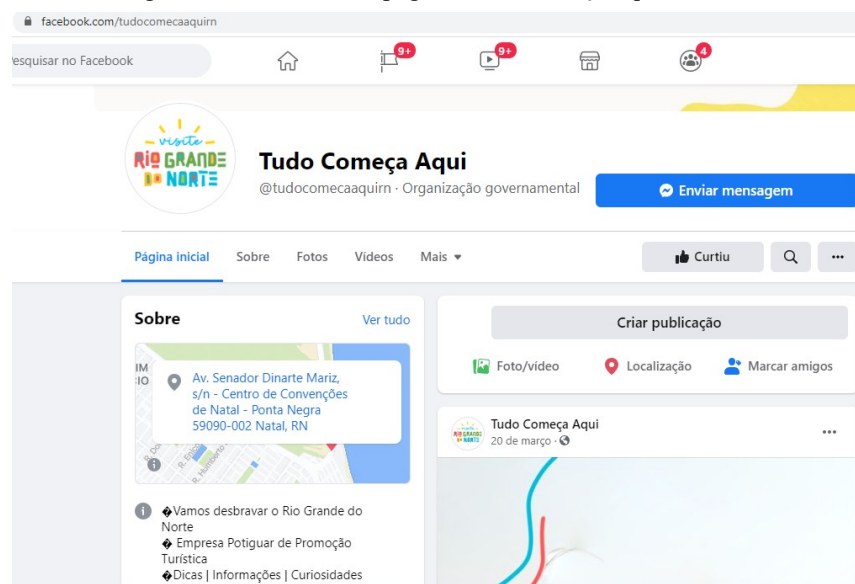
O material de divulgação do Rio Grande do Norte como destino, oficialmente veiculado pelo governo do estado e sua empresa de turismo, serão tomados aqui como corpus para análise, vez que se trata de eventos discursivos relevantes no discurso oficial do poder público na esfera social da promoção turística.

É assim que nos preocuparemos em destacar, em um primeiro momento, o site Visite o Rio Grande do Norte¹, que se chamava, até recentemente, "Tudo começa aqui". Dantas (2012) esclarece, a partir do que pensamento de Charaudeau (2006) e Foucault

(2007), acerca do processo de nomeação no âmbito do discurso. Quando Charaudeau (2006) descreve o funcionamento da maquinaria que opera o discurso da mídia e sua produção do sentido e afirma que a primeira de suas etapas é “a identificação dos seres do mundo, nomeando-os” (Dantas, 2012, p. 104). Dantas (2012, p. 104) prossegue citando Foucault (2007, p. 166) quando define nomeação como “ato soberano (...) o lugar onde as coisas e as palavras se ligam em sua essência comum, e que lhe permite dar-lhes um nome”. Assim, diz Dantas (2012, p. 166), a “palavra e a nomeação se fundamentam em uma relação arbitrária que, no campo do discurso, é essencial para a organização dos sentidos”. A nomeação implica uma certa forma de enquadramento ideológico, situando as coisas no mundo e a sua significação no meio do processo que Charaudeau (2006) chama de transformação do mundo a significar em mundo significado. Dar um nome posiciona o tipo de significado que o enunciador pretende que seja estabelecido na instância de significação do discurso que, no caso de um site de divulgação turística, é o público-alvo de visitantes potenciais da localidade em questão,

O nome, portanto, não é acidental nem irrelevante. Ele comunica e o faz por meio de um processo discursivo e ideológico. Por isso, a análise em nosso artigo se deterá nesta etapa trabalho, no antigo nome deste site oficial, qual seja, “Tudo começa aqui”, que ainda permanece inalterado na página equivalente do Facebook e que é referido no Instagram institucional. Ele comunica e o faz repleto de carga ideológica.

Figura 1. Tela inicial da página “tudo começa aqui” no facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/tudocomecaaquirm> (Acesso em 13 de maio de 2021)

Figura 2. Print da tela visite rio grande do Norte no Instagram, com ênfase na campanha “tudocomeça aqui”



Fonte: <https://www.instagram.com/visiteriograndedonorte/> (Acesso em 13 de maio de 2021)A

nomeação desses espaços virtuais é uma referência à tese do professor Lenine Pinto de que a esquadra de Cabral teria chegado inicialmente ao Rio Grande do Norte em 1500, em vez da Bahia (citação). No Facebook, a página² segue, ainda, com o nome de "Tudo começa aqui", como também era chamada no Instagram³.

A Análise Crítica do Discurso indica que as situações discursivas de abuso de poder se manifestam, na língua, em circunstâncias nas quais existem a possibilidade de variação ou escolha. No evento discursivo sob análise, podemos apontar que as escolhas lexicais indicam a compreensão de que tudo só começa no RN a partir da chegada dos portugueses, uma vez que esse marco histórico que é datado para que "tudo comece" anulando a presença e a história dos povos indígenas tanto antes da conquista europeia quanto ao longo da nossa história a partir da conquista portuguesa.

É possível apreender deste evento em sites oficiais do governo do estado, práticas discursivas que sinalizam o apagamento histórico e o silenciamento dos povos indígenas no Rio Grande do Norte. Dantas (2012, p. 98) fala sobre as ações de silenciamento dos sujeitos, a partir, inclusive, de processos de nomeação. Citando Orlandi (citado por Dantas, 2012, p. 98), Dantas explica que silenciamento é ação de, ao afirmar um sentido, apagar outros sentidos possíveis, mas indesejáveis. Quem ordena esses discursos é quem

silencia palavras, discursos esentidos que precisam ser excluídos. Desse modo, podemos dizer que ao afirmarem que "Tudocomeça aqui", os textos institucionais do governo do estado silenciam e excluem a presença histórica dos povos originários da nossa terra, parte das características autoritárias do discurso, como afirma ainda Dantas (2012, p. 98): "O silenciamento, caminho consciente para a monossemia, para o consenso, é indispensável no discurso autoritário e religioso, sendo expressão do poder dos agentes ou mediadores discursivos".

As práticas discursivas analisadas até aqui indicam a prática social na qual estão encaixadas junto com o evento discursivo. Trata-se de manifestações de uma ideologia racista que invisibiliza os povos indígenas da terra e o genocídio de que foi vítima durante toda a história do país desde o desembarque dos europeus. O racismo manifesto nesse caso remete ao que descreve Nascimento (2016) ao se referir sobre o racismo contra os povos africanos no Brasil e o genocídio sob o qual também padeceram. Nascimento (2016, p. 38) refere a obra de Gilberto Freyre como utilizando de "eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*". A defesa da *morenidade* não passa, na verdade, da tentativa de promover o desaparecimento dos povos não-brancos⁴, "tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer" (Nascimento, 2016, p. 38), ideias que se tornaram intrínsecas à intelectualidade da elite branca brasileira.

A promoção do apagamento histórico e silenciamento discursivo dos povos não-brancos no Brasil, em particular no nosso caso, dos povos indígenas corresponde à concretização em forma de genocídio da ideologia do racismo. O discurso apaga para que a história não exista. Não havendo presença na história, ou com a história só começando com a chegada portuguesa, não seria possível falarmos em povos indígenas, em sua presença, apagados, silenciados, exterminados. A consequência lógica da ideologia racista do embranquecimento europeizante é a legitimação da política de genocídio histórico contra as populações indígenas. Por isso é compreensível que a historiografia oficial do Rio Grande do Norte afirmar, por muito tempo, que não havia mais indígenas no estado. Se eles não existiam mais em nível de discurso e ideologia poderiam ser eliminados da vida real sem maiores problemas.

Esse é um dos pontos que são abordados por Moura (2019) em sua dissertação de mestrado. Segundo a autora,

A tentativa de silenciamento das populações indígenas no Nordeste foi um processo longo e contínuo, principalmente por uma historiografia escrita fora dos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos. (Cavignac, 2003; Pacheco de Oliveira, 1999; 2011); (Moura, 2019, p. 15).

Moura (2019, p. 15-16) explica ainda que a crença de que não haveria mais indígenas no Rio Grande do Norte foi promovida nos escritos de historiadores, como Câmara Cascudo, que “afirmavam que as populações indígenas do estado teriam sido exterminadas fisicamente ou - amparadas pelas teorias da aculturação - que as mesmas haviam sido assimiladas ao modo de vida do Brasil não-índio”. No senso comum e em livros didáticos, a chamada Guerra dos Bárbaros (1650 - 1720), que se seguiu à saída dos holandeses das terras potiguares, é vista “como o marco desse extermínio indígena no Rio Grande do Norte” (Moura, 2019, p. 16).

De outro lado, Moura (2019, p. 16) cita vários pesquisadores que “questionam a noção de extermínio total e vêm revisando a historiografia tradicional, apontando a necessidade de perceber a agência dos povos indígenas e suas estratégias de resistência”. Além da resistência contra o apagamento histórico e silenciamento discursivo dessa ideologia racista emergir na esfera acadêmica, Moura (2019, p. 16) destaca que “diversos grupos têm se reorganizado em busca de sua história e memória, reivindicando a identidade indígena”. Assim, nas últimas décadas povos indígenas tidos como desaparecidos se organizaram na luta por seus direitos, o que produziu também um crescimento populacional por meio de pessoas que aos poucos adquiriram coragem para se autodeclarar indígena, bem como para pautar com maior intensidade as reivindicações ligadas ao reconhecimento étnico, a demarcação das terras que tradicionalmente ocupam e outros direitos relacionados à sua especificidade étnica” (Moura, 2019, p. 17).

Neste ponto, cabe trazer à análise o outro evento discursivo selecionado como corpus para este trabalho. Trata-se de texto institucional sobre o estado do Rio Grande do Norte publicado no site oficial da Secretaria de Turismo do Estado⁵. Destacaremos apenas a seção do texto cujo título é “História”, reproduzida abaixo:

⁵ Disponível em: http://setur.rn.gov.br/?page_id=4050, acessado em 13 mai 2021.

5 HISTÓRIA

Os originais habitantes da região são os índios potiguares, que em língua tupi quer dizer “comedor de camarão”. O nome do Estado, porém, faz alusão ao Rio Potengi que tem sua nascente no município de Cerro Corá e sua foz na Praia do Meio, em Natal.

As primeiras expedições portuguesas e espanholas passaram pela região entre 1499 e 1501. Durante as primeiras décadas do séc. XVI, no entanto, a área foi dominada pelos corsários franceses que estabeleceram comércio de pau-brasil e outras riquezas com os índios e permaneceram dominando a região até meados de 1530 quando foram expulsos pelos portugueses. Durante os vinte anos que se seguiram os donatários portugueses, oficiais donos das terras doadas pela Coroa Portuguesa, travaram intensa batalha com as tribos de índios da região, na tentativa de colonizar a Capitania do Rio Grande. A vitória chegou em 1598 e foi coroada com a construção do Fortaleza dos Reis Magos.

A região sofreria outro turbulento momento na história, com a invasão holandesa, que mantiveram um primeiro contato com a região em 1625. Sem encontrar muita resistência e tendo os índios como grandes aliados, os holandeses tomaram o controle da região entre 1633 e a ocupação durou cerca de 21 anos. Em 1654, os holandeses foram expulsos definitivamente pelos portugueses que finalmente colonizaram a região.

O texto inicia falando dos povos originários da região, os “índios potiguares”, mas indica que, de acordo com o discurso que circula através deste texto e das suas práticas discursivas, os povos indígenas não podem ser vistos como donos da terra. A disputa pela posses da terra se dá sempre entre os brancos europeus (franceses, portugueses, espanhóis, holandeses) - nessa terra, o único papel que cabe aos indígenas é resistir. A sua resistência à opressão do invasor é praticamente silenciada, mas sua derrota é celebrada: “A vitória chegou em 1598 e foi coroada com a construção do [sic] Fortaleza dos Reis Magos”. A vitória do invasor branco contra os povos indígenas, marco de uma ideologia racista, de uma política imperialista e genocida contra essas comunidades, é celebrada como um marco da história do estado.

Associado a isso, no evento discursivo em análise percebem-se práticas discursivas que, além de apagarem os povos indígenas, os desumanizam e desqualificam sua cultura, existência, história, vida social e comunal - afinal se os povos originais da terra são os indígenas, os donos são os portugueses que, finalmente, após a derrota do holandês e do indígena, pôde colonizar a região. A história começa, então, nesse momento, porque não existe história, povo, gente, cultura com os indígenas, esses bárbaros.

Nota-se, mais uma vez, que as práticas discursivas deste evento aponta à ideologia racista e prática de apagamento histórico e silenciamento discursivo contra os povos indígenas, uma forma de realização e perpetuação do genocídio racista, que faz no discurso, na história e na realidade o indígena não existir. Inclusive na promoção turística do estado, que chega ao ponto de celebrar a “vitória” que representa a sujeição e o apagamento histórico dos povos originários.

Sites oficiais do governo do estado do Rio Grande do Norte promovem o turismo com práticas discursivas racistas contra os povos indígenas. É papel da Análise Crítica do Discurso, além de indicar relações de abusos de poder como esta, apontar a possibilidade de solução do problema que, neste caso, passa pelo reconhecimento e assunção da diversidade étnica do estado, rejeitando todas as perspectivas históricas e discursivas que silenciam os indígenas, ofertando a todas as comunidades do estado a prerrogativa de sinalizar como a história do Rio Grande do Norte pode ser referida e aparecer em sites de promoção turística sem perpetuar o silenciamento dos povos indígenas, seu apagamento histórico e a política de extermínio genocídio a que foram submetidos historicamente pelos brancos europeus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho nos propusemos a, com base na ACD, a analisar eventos discursivos publicados na Internet por perfis oficiais dos órgãos de turismo do governo do estado do Rio Grande do Norte em busca de manifestações discursivas de racismo.

No corpus que selecionamos, tanto no Facebook e Instagram quanto em site institucional, pudemos identificar marcas discursivas do apagamento histórico e do silenciamento discursivo dos povos indígenas do estado do Rio Grande do Norte, o que se coaduna com a tese histórica tanto tempo reforçada de que não havia mais indígenas nesse estado.

Conforme destacamos acima, a Análise Crítica do Discurso se preocupa no empoderamento das vítimas de abuso de poder, tanto demonstrando as relações em que tal abuso se manifestam, como sugerindo possibilidades para a solução do problema discursivo. No caso sobre qual se debruça este trabalho, a solução do problema passa pelo reconhecimento histórico e pela assunção da diversidade étnica do estado, rejeitando no discurso oficial do aparato estatal todas as perspectivas históricas e discursivas que silenciam os indígenas, ofertando a todas as comunidades do estado a prerrogativa de sinalizar como a história do Rio Grande do Norte pode ser referida, denunciando todo

genocídio de que foram vítimas os povos indígenas na história do país e como se perpetua o massacre quando sua história apagada e sua voz silenciada pelo Estado e pela sociedade branca.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2019). **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Batista, J. R. L., Jr., Sato, D. T. B., Melo, I. F. De (Org.) (2018). **Análise De Discurso Crítica Para Linguistas E Não Linguistas**. São Paulo: Parábola.
- Bignami, R. (2002). **A Imagem Do Brasil No Turismo: Construção, Desafios E Vantagem Competitiva**. São Paulo: Aleph.
- Bonin, I. (2014). Racismo: Desejo De Exterminar Os Povos E Omissão Em Fazer Valer Seus Direitos. In: Cimi. **Relatório: Violência Contra Os Povos Indígenas No Brasil**. Brasília: Cimi.
- Buhalis, D. Law, R. (2008). Progress In Information Technology And Tourism Management: 20 Years On And 10 Years After The Internet — The State Of E-Tourism Research. **Tourism Management**.
- Cappucci, M. A. S. (2002). **Imagem E Linguagem Em Duas Revistas De Turismo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade De São Paulo, Escola De Comunicação E Artes, São Paulo
- Charaudeau, P. (2006). **Discurso Das Mídias**. Tradução Por Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto.
- Cooper, C., Fletcher, J., Wanhill, S., Gilbert, D., Shepherd, R. (1998). **Turismo, Princípios E Prática**. São Paulo: Artmed.
- Cooper, C. Et Al. (2007). **Turismo: Princípios E Práticas**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman.
- Coriolano, L. N. M. T. (2005). Epistemologia Da Análise Do Discurso No Turismo. **Caderno Virtual De Turismo**. Rio De Janeiro.
- Dantas, D. **A Argumentação Como Elemento Discursivo Na Mídia Digital: Um Estudo Sobre O Blog “Fatos E Dados”** (2012). Tese (Doutorado Em Estudos Da Linguagem). Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte. Programa De Pós-Graduação Em Estudos Da Linguagem, Natal.
- Falco, D. De P. (2011). Narrativas Turísticas: Imaginário E Mídia Na Experiência Urbana Do Turismo. **Rosa Dos Ventos**, N. 1, V. 3, P. 24-38, Jan./ Jun.
- Foucault, M. (2007). **As Palavras E As Coisas: Uma Arqueologia Das Ciências Humanas**. Tradução Por Salma Tannus Muchail. 9a Ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Gonçalves-Segundo, P. R (2018). “Discurso E Prática Social” In Batista Jr, J. R. L.; Sato, D. T. B.; Melo, I. F. De (Org.). **Análise De Discurso Crítica Para Linguistas E Não Linguistas**. São Paulo: Parábola.

Guimarães, A. S. A (1995). **Racismo E Anti-Racismo No Brasil**. Novos Estudos, São Paulo, V. 3, N. 43, P. 26-44. Disponível Em <[Http://Novosestudos.Com.Br/Produto/Edicao-43/](http://Novosestudos.Com.Br/Produto/Edicao-43/)>. Acesso Em 13 De Maio De 2021.

Heath, E. E Wall, G. (1991), *Marketing Tourism Destinations*, John Wiley & Sons, Usa.

Ladeiro, M. M. L. (2012). **A Eficácia Dos Sites Turísticos Estudo De Caso: Lisboa E Os Principais Concorrentes**. Dissertação De Mestrado. Escola Superior De Hotelaria E Turismo Do Estoril. Portugal. Nov/2012.

Marujo, M. N. N. V. (2008). *A Internet Como Novo Meio De Comunicação Para Os Destinos Turísticos: O Caso Da Ilha Da Madeira*. São Paulo: **Revista Turismo Em Análise**.

Milanez, F. *Et Al.* (2019). Existência E Diferença: O Racismo Contra Os Povos Indígenas. **Rev. Direito Práx.**, Rio De Janeiro, V. 10, N. 3, P. 2161-2181, Sept. 2019. Disponível Em <[Http://Www.Scielo.Br/SciELO.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S2179-89662019000302161&LNg=En&Nrm=Iso](http://Www.Scielo.Br/SciELO.Php?Script=Sci_Arttext&Pid=S2179-89662019000302161&LNg=En&Nrm=Iso)>. Acesso Em 13 De Maio De 2021.

Nascimento, A. (1978). **O Genocídio Do Negro Brasileiro: Processo De Um Racismo Mascarado**. Rio De Janeiro: Paz E Terra.

Nascimento, A. (2016). **O Genocídio Do Negro Brasileiro: Processo De Um Racismo Mascarado**. São Paulo: Perspectivas.

Pearce, D. (1992). **Tourist Organizations**, New York: John Wiley & Sons. Ribeiro, D. **Os Índios E A Civilização**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Seaton, A. V. (1996), “Destination Marketing”, In Seaton, A.V., Bennet, M. M.(Eds) (1996), **Marketing Tourism Products**, Thomson Business Press, Reino Unido.

Tomazzoni, E. L. (2006). Análise Do Discurso Turístico Da Serra Gaúcha. **Em Questão**, Porto Alegre, V. 12, N. 2, P. 339-365, Jun./Dez.

Trigueiro, C. M (1999). *Marketing E Turismo. Como Planejar E Administrar O Marketing Turístico Para Uma Localidade*. Rio De Janeiro: Qualitymark.

Van D., T.A. (2015). **Discurso E Poder**. Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Org). 2a Ed. São Paulo: Contexto.

Wenzel, K., John, V. M. (2012). Jornalismo De Viagens: Análise Das Principais Revistas Brasileiras. **Estudos Em Comunicação** Nº 11, 291-311.

Zardo, E. F. (2003). **Marketing Aplicado Ao Turismo**. São Paulo: Roca.